

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

**COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO  
DE COMUNICAÇÃO E TIC  
ADIS ABEBA, ETIÓPIA  
20-24 DE NOVEMBRO DE 2017**

**AU/CCICT-2/EXP/Rpt. (2)**

**RELATÓRIO DA SESSÃO DE PERITOS**

**20-22 DE NOVEMBRO DE 2017**

## RELATÓRIO DA SESSÃO DE PERITOS

### INTRODUÇÃO

1. A reunião de peritos da Segunda Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado (CTE) de Comunicação e TIC (CCICT) teve lugar na Sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, de 20-22 de Novembro de 2017.

### PARTICIPAÇÃO

2. A reunião contou com a participação dos seguintes países: Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burquina Faso, Burundi, República Centro Africana, Egípto, Eritreia, Etiópia, Gana, Guiné Conacri, Quênia, Lesoto, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Tunísia, e Zimbabwe.

3. Participaram igualmente as seguintes Comunidades Económicas Regionais: COMESA, CEDEAO, EAC e SADC.

4. Fizeram-se igualmente representar na reunião as seguintes organizações: Organizações e Agências Africanas e internacionais, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA), União Africana de Telecomunicações (ATU), União Postal Pan-africana (PAPU), União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Organização Regional Africana de Comunicação Por Satélite (RASCOM).

5. As seguintes organizações e instituições regionais também marcaram presença: Sociedade da Internet (ISOC), e o Centro Africano de Informação de Redes (AFRINIC).

6. Para a lista dos participantes, ver o Anexo I.

### AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

7. Os seguintes Estados-membros enviaram desculpas por não terem podido participar: Seicheles

### SESSÃO PLENÁRIA I

#### I. CERIMÓNIA DE ABERTURA

8. Na Cerimónia de Abertura, foram feitas as seguintes observações:

#### **Alocução de Boas-vindas pela Sra Leslie Richer, Directora do Departamento de informação e Comunicação da CUA**

9. A Sr<sup>a</sup> Leslie Richer, Directora de Informação e Comunicação na Comissão da União Africana, desejou boas-vindas aos participantes à Segunda Sessão Ordinária do Comité Especializado de Comunicação e Informação & Tecnologias de Informação, tendo ficado que as TIC continuam a ser um contribuinte-chave na transformação das economias de África e nas vidas dos cidadãos do continente.

10. Ela destacou ainda as iniciativas chaves que foram implementadas com sucesso desde a realização da última Sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) em Matéria de Comunicação e ICT e apelou aos Estados-membros para continuarem a apoiar a implementação do Plano continental de Comunicação e ICT.

11. Ela concluiu reconhecendo e saudando o apoio cada vez maior de vários parceiros de imprensa que reconhecem que para que a Agenda 2063 possa alcançar os seus resultados pretendidos e posicionar a União Africana como uma união centrada nas pessoas, nós devemos assegurar a relevância servindo as populações deste grande continente.

**Discurso proferido pela Sra. Mariko Assa Simbara, Assessora Técnica em matéria de TIC, do Ministro da Economia e Comunicação Digital, da República do Mali**

12. A Sr<sup>a</sup> Mariko Assa Simbara, representando o Mali na qualidade de Presidente da mesa, realçou as principais realizações durante o mandato de dois anos, no qual os peritos africanos estiveram engajados com a Comissão da União Africana no desenvolvimento de estratégias e planos de acção para a implementação de projectos e programas.

13. Ela sublinhou igualmente uma série de reuniões realizadas nomeadamente como a primeira reunião regular da Mesa da (CTE-CICT), a organização da primeira Sessão extraordinária do Comité Técnico Especializado de Comunicação e TIC (CTE-CICT) e a reunião do Comité de Supervisão da Rede Pan-Africana para a Tele-educação e Tele-medicina (PaeN).

14. Concluindo, ela agradeceu a todos os peritos africanos pela contribuição em prol do desenvolvimento do sector em África, durante o mandato da Mesa.

**II. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO**

15. Uma actualização sobre o formato da reunião foi apresentado.

16. A reunião adoptou a Agenda e o Programa de Trabalho, tal como propostos, e constam do **Anexo II**.

**III. ELEIÇÃO DA MESA DO CCICT-2**

17. Baseando-se no princípio de rotação e de representação geográfica, a reunião elegeu os seguintes membros para Mesa do CCIC-2 para apreciação final pelos ministros.

<b>ÁFRICA ORIENTAL</b>	
<b>Etiópia</b>	Presidente da Mesa
<b>ÁFRICA CENTRAL</b>	
<b>Congo</b>	1º Vice-presidente da Mesa
<b>ÁFRICA DO NORTE</b>	
<b>Tunísia</b>	2º Vice-presidente da Mesa

<b>ÁFRICA AUSTRAL</b>	
<b>África do Sul</b>	3º Vice-presidente da Mesa
<b>ÁFRICA OCIDENTAL</b>	
<b>Gana</b>	Relator da Mesa

#### **IV. RELATÓRIO DA MESA CESSANTE DO CTE DA UA DE COMUNICAÇÃO E TIC**

18. O Presidente cessante apresentou um relatório sobre o trabalho da Mesa.

19. A Mesa cessante do Comité Técnico Especializado de Comunicação e Tecnologias de Comunicação e Informação (Mesa-CITC) realizou uma reunião ordinária no passado dia 28 de Abril de 2016, na Sede da CUA, em Adis Abeba. O relatório da Mesa consta do presente relatório como Anexo 1ª.

20. A Mesa e a CUA organizaram uma sessão extraordinária do CTE-CITC sobre Governação da Internet, conforme estipulado no regulamento interno. As conclusões da sessão extraordinária são o relatório dos ministros e a declaração final sobre governação da internet, que consta de anexo 1b e Anexo 1c, respectivamente. Porém, o documento não foi adoptado por falta de quórum.

21. A reunião vincou a necessidade de reforço dos mecanismos de acompanhamento da implementação entre a Mesa e a Comissão.

22. A Reunião de Peritos reconheceu as reuniões importantes realizadas durante o mandato da Mesa cessante, tais como a Cimeira SMART África e o Fórum de Editores.

23. **Os ministros são convidados a:**

- i. Tomar nota do relatório da Mesa;
- ii. Solicitar que os Estados-membros apoiem a CUA na implementação das decisões da UA relativas à comunicação e TIC;
- iii. Apelar os Estados-membros e à Mesa no sentido de participarem em fóruns e reuniões internacionais, sobretudo as que se relacionam com questões-chave sobre a governação da Internet;

#### **SESSÃO PLENÁRIA II**

#### **V. RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA**

24. O Sr. Cheikh BEDDA, Director de Infra-estruturas e Energia, apresentou o relatório de actividade da Comissão da União Africana.

25. Na sua Apresentação, ele delineou o estado de implementação de programas e projectos, em resposta a decisões relevantes da UA para o sector, e sublinhou ainda os desafios enfrentados.

26. Ele destacou ainda a estratégia para abrir o Acesso das Zonas Rurais e Remotas a Infra-estruturas Básicas em África.

27. O conceito está em conformidade com a Aspiração 1 da Agenda 2063 da UA, a saber, uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável e no Objectivo 1 "Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares", Objectivos 5 "Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e meninas", Objectivo 7 "Garantir o acesso a energia acessível, confiável, sustentável e moderna", Objectivo 9 "Construir infra-estrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação e principalmente o Objectivo 10 "reduzir a desigualdade dentro e entre os países dos SDG.

28. O objectivo geral do conceito é de conceber, planear e implementar projectos básicos de Infra-estruturas (Energia, Água, TIC e Transportes) de forma integrada.

29. **Os Ministros são convidados a:**

- (i) Saudar a iniciativa para o desenvolvimento de uma abordagem integrada para destrancar o acesso a infra-estrutura básica e serviços para as áreas rurais e remotas;
- (ii) Convidar a Comissão da UA a elaborar um documento de estratégia para a abordagem integrada, dentro do contexto de infra-estruturas e serviços básicos;
- (iii) Convidar os parceiros, nomeadamente, as Comunidades Económicas Regionais (CER), o BAD e a UNECA a apoiarem a Abordagem.

## **SESSÃO PLENÁRIA II**

### **VI. PROGRAMAS CONTINENTAIS E REGIONAIS**

30. O Sr. Moctar Yedaly, Chefe da Divisão de Sociedade de Informação, apresentou o novo programa sobre Iniciativa de Carácter Político e Regulamentar para a África Digital (PRIDA).

31. As seguintes CER, Agências Especializadas e Instituições/organizações internacionais fizeram apresentações sobre suas iniciativas: CEDEAO, EAC, ATU, PAPU, NPCA, RASCOM e AFRINIC.

32. **Após os debates, os ministros são convidados a:**

- i. Apelar aos Estados-membros para que apoiem o programa sobre a Iniciativa de carácter Político e Regulamentar para a África Digital (PRIDA), e designem pessoas focais no sentido de trabalharem com a CUA na sua implementação;
- ii. Tomar nota dos relatórios apresentados pela CEDEAO, EAC, ATU & PAPU, NPCA, RASCOM, SADC E AFRINIC;
- iii. Solicitar à comissão da UA para ser membro do Conselho de Direcção da RASCOM com estatuto de observador;
- iv. Exortar a todos os estados-membros integrante do projecto piloto de electrificação e conectividade dos Postos dos Correios em África para manterem o seu compromisso em prol da implementação com sucesso do projecto assumido durante a 1ª Sessão do Comité Técnico Especializado

- em Informação e Comunicação e Tecnologias de Comunicação 9CTE-CICT), realizada em Adis Abeba de 31 de Agosto a 4 de Setembro de 2015;
- v. Instarem, em particular, todos os países integrantes do projecto piloto sobre a electrificação e conectividade dos postos dos correios para explorarem várias fontes de financiamento para o projecto, bem como assegurar a sua rápida implementação para acelerar definitivamente a inclusão socioeconómica;
  - vi. Apelar a todos os outros governantes africanos interessados e integrar o projecto nos seus planos nacionais de desenvolvimento e explorar as múltiplas fontes de financiamento para este importante projecto destinado a alavancar as redes postais visando fomentar o desenvolvimento socioeconómico em África.

## VII. PROGRAMAS E PROJECTOS (TIC) ACTUAIS DA UNIÃO AFRICANA

### A. Cibersegurança

33. Para abordar esta questão da cibersegurança, não obstante os inúmeros desafios da mobilização de recursos e implementação geral de programas africanos de cibersegurança, a Comissão da União Africana levou a cabo as seguintes actividades, em cooperação com parceiros:

34. Passados três anos da sua adopção pelos Chefes de Estado, a Convenção de Malabo foi rubricada por 9 países e ratificada apenas por DOIS. Outrossim, Existe um índice extremamente baixo de Ciber-política, ciber-estratégia e ciber-legislação adoptados no continente. Isto faz com que a Ciber-segurança no continente se torne muito complexa, especialmente em relação à Protecção de Dados Pessoais e de Ciber-crime.

35. **Os ministros são convidados a:**

- (i) Solicitar que a Comissão da UA afecte recursos adequados para a implementação de programas de ciber-segurança gerais, nomeadamente a assistência aos Estados-membros da UA na adopção de ciber-estratégias e ciber-legislações e que estabeleçam CIRT/CERT nacionais e regionais<sup>1</sup>
- (ii) Solicitar a CUA e a Agência da NEPAD para que elaborem um plano de acção e mobilizar recursos para promover a cooperação entre os componentes político e legislativo, incluindo ministérios relacionado com TIC, justiça, assuntos constitucionais e assuntos internacionais nos Estados-membros para facilitar as medidas de procedimento para a ratificação da Convenção de Malabo.
- (iii) Exortar os Estados-membros, com apoio da CUA e Agência da NEPAD para avaliarem a sua política, ambiente legal e regulamentar em relação à Convenção de Malabo, directrizes sobre Segurança das Infra-estruturas de Internet em África e Alinhá-los com as disposições das duas Convenções a fim de promover um Ciberespaço africano seguro, ao mesmo tempo que se considera a assinatura, ratificação ou adesão.

---

<sup>1</sup>

(iv) Instruir a Comissão da UA no sentido de : (i) Formar um Comité Africano de Colaboração e Coordenação no domínio da Cibersegurança (ACS3C) para aconselhar a CUA e Decisores Políticos sobre Ciber-estratégias; (ii) elaborar directrizes sobre a Protecção de Dados Pessoais, (iii) Organizar anualmente, uma Conferência da UA sobre Cibersegurança, em colaboração com a Indústria e Instituições Académicas e (iv) estabelecer uma jornada do mês de Conscientização acerca da Cibersegurança ao nível continental.

## **B. DotAfrica**

36. O Domínio de Topo (TLD) da dotAfrica (Africa) foi proposto como um novo Domínio de Topo genérico (gTLD) para a promoção de negócios, pessoas e cultura de África na Internet. Trata-se de uma ilustração real da integração do continente, na medida em que permite que a África tenha a sua própria identidade Digital;

37. O Domínio de Topo da dotAfrica foi delegado pela Corporação de Internet para Atribuição de Nomes e de Números (ICANN) ao Registo Central de ZA (ZACR), em 15 de Fevereiro de 2017; Neste mesmo dia, precisamente às 14h58:59, a primeira extensão do Domínio África ([www.nic.africa](http://www.nic.africa)) fora acrescentado à zona radicular gerida pelos Identificadores Técnicos Públicos (PTI);

38. A delegação preparou o terreno para se dar início ao processo de criação da Fundação dotAfrica, como uma fonte alternativa de financiamento que velará pelos vários projectos e iniciativas de desenvolvimento relacionados com o desenvolvimento da Internet em África;

39. A Comissão da União Africana, desde Abril de 2017, tem vindo a solicitar consistentemente que os governantes africanos protejam os nomes de domínio de valores geográficos, económicos, culturais e linguísticos e do interesse público através do processo da Lista de Nomes Reservados pelo Governo (GRNL). Esta lista de Nomes Reservados permitirá também que os governos tomem medidas de protecção contra nomes ofensivos com base na raça, etnia, associação política, género, cultura, etc. com vista a prevenir registos abusivos;

40. Uma campanha de consciencialização (Exposição Itinerante de Dot Africa) dentro do continente começou e prosseguirá durante o mês de Janeiro de 2018. Destina-se a incentivar o povo e empreendedores africanos a usarem o Dot Africa TLD.

### **41. Os ministros são Solicitados a:**

- (i) Notar a delegação do nome do domínio dotAfrica como um exemplo dos Africanos de todas as origens que trabalham em conjunto para o alcance de um objectivo comum, e que a África agora possui a sua própria identidade;
- (ii) Exortar os Estados-membros que ainda não designaram pontos focais para a Lista de Nomes de Reserva de dotAfrica (RNL), a fazerem-no;
- (iii) Exortar os governos africanos a resgatarem as suas Listas Governamental de Nomes Reservados (GRNL) em linha com a política de GRNL;
- (iv) Exortar os Estados-membros para que participem activamente na campanha de consciencialização para a Exposição Itinerante DotAfrica, dentro do continente;
- (v) Exortar os Estados-membros, o mundo empresarial africano para que comecem a usar o nome do domínio dotAfrica.

### **C. Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável de Serviços Postais em África**

42. Na implementação da decisão EX.CL/Dec.900 (XXVIII) Rev.1, relativa ao plano de desenvolvimento sustentável dos serviços postais, dois relatórios Ad-hoc sobre: i) sistemas de endereçamento e código postal em África e, ii) Electrificação e Conectividade e estações de correios foram submetidos aos seguintes Comités Técnicos Especializados:

- a) Finanças, Planificação e Integração Económica'
- b) Serviços públicos, Governo Local, desenvolvimento Urbano e Descentralização.

c) Transporte, Infra-estruturas transcontinental e Inter-regional, Energia e Turismo:

43. As três decisões, resoluções recomendações dos CTEs, estão resumidas como a seguir:

- Dar prioridade e incluir nos planos de desenvolvimento nacional os sistemas de endereçamento e de códigos postais como parte das infra-estruturas necessárias para permitir um maior acesso aos serviços básicos e melhorar a designação de estradas nas zonas rurais;
- Incentivar os Estados-membros implementarem esses projectos para forjar os compromissos políticos necessários, priorizar uma coordenação interna eficaz para a implementação e fazer face aos desafios de financiamento de projectos, antes do início de um projecto;
- Instar os Estados-membros a explorarem múltiplas fontes de financiamento, tais como orçamentos nacionais, fundos de serviços universais, parcerias público-privadas e parcerias de desenvolvimento internacional, com civis ta a assegurar que a implementação do projecto seja um sucesso;
- Solicitar que a Comissão da UA e seus parceiros prestem apoio político e técnico aos Estados-membros de modo a assegurar a conectividade e a electrificação de estações de correios em programas de electrificação no meio rural.

#### **44. Os ministros são convidados a:**

- (i) Tomar nota dos progressos feitos na implementação de sistemas de endereçamento e códigos postais em África e a Electrificação e Conectividade de Estações de Correios;
- (ii) Exortar os Estados-membros para que continuem a prestar apoio ao desenvolvimento do sector postal, com vista a assegurar uma inclusão social, digital e financeira eficaz a favor das populações em zonas remotas e rurais;
- (iii) Solicitar que a Comissão da UA organize, em colaboração com o PAPU, uma reunião especial sobre a reforma da UPU, para o desenvolvimento de uma Posição Comum Africana.

### **D. Livro de Registos Africanos (Factbook Africano)**

45. O Livro de registos Africanos (BAR), também conhecido como projecto de Livro Africano Factbook, é norteado pela Visão Pan-Africana da Agenda 2063 da UA e por

Cinco (5) Aspirações, que visa o reforço da sólida identidade cultural, da herança comum, dos valores e éticas da África.

46. O Factbook Africano será uma das ferramentas de comunicação disponíveis para a construção de um entendimento comum de factos fundamentais acerca da África, com vista a construir-se um orgulho continental na história, cultura, sucessos económicos e realizações dos africanos em várias esferas da sociedade. Regista o grande trabalho feito por africanos ao longo de gerações. Ajuda África a assumir a sua narrativa, apresentando factos investigados e autenticados acerca de onde viemos e o que fizemos.

47. O Governo do Zimbabwe fez contribuição de boa vontade, doando uma parcela de terra para a construção da sede do Factbook Africano.

48. **Os ministros são convidados a:**

- (i) Reconhecer o trabalho feito pela Comissão da UA para a implementação da Agenda 2063, através da produção do Factbook da África;
- (ii) Exortar a todos os Estados-membros para que adoptem o Factbook da África como uma ferramenta educativa, capaz de reforçar os seus conhecimentos e orgulho em África;
- (iii) Solicitar que a Comissão continue a cooperar com o Livro de Recordes Africano (BAR), ao abrigo do MOU, para a produção de mais edições do livro e num maior número de línguas de trabalho de UA, com vista a construir um entendimento comum de factos-chave acerca da África, rumo à construção do orgulho continental.

#### **E. Estratégia de Comunicação e Advocacia da UA 2014 – 2017**

49. O DIC formulou a segunda Estratégia de Comunicação para a UA (2014 – 2017) que teve em consideração a imperiosa necessidade de popularização e maior uma visibilidade da organização. A estratégia de comunicação orientou com sucesso os esforços da Comissão em termos de provisão de informação pertinente a diferentes intervenientes. São seguintes as actividades reportadas:

- Melhor utilização das Plataformas digitais para interagir com Cidadãos Africanos através do Facebook (320 000 seguidores), Twitter (249 000 seguidores); Youtube (1516 subscritores), Flickr e Google. Os visitantes do Website da UA são 2,1 milhões de visitas.
- Intenção com Partes Interessadas: de entre outras realizações, decorrem interacções com a Iniciativa da Média Africana, Fórum de Editores Africanos e Federação de Jornalistas Africanos;
- Publicações – por exemplo, AU ECHO, cujo conteúdo é consistente com o tema da UA e o anuário da UA que serve de guia de referência da UA;
- As Actividade de Comunicação da agenda 2063 incluem distribuição de manuais, anúncios em publicações com alcance regional e continental; produção de documentários temáticos sobre os projectos emblemáticos da Agenda 2063; comunicação podcast em torno da Plataforma Económica Africana;
- Marca da UA: Directrizes de identidade empresarial desenvolvidas para promover o uso correcto dos símbolos da UA; desenvolvimento de políticas de comunicação; e *workshop* planificado para Dezembro destinado para todos os

funcionários de comunicação sobre a identidade da marca e políticas de comunicação;

- Estúdios audiovisuais da UA: o estabelecimento do estúdio está em curso, com os objectivos de aumentar a consciencialização e compreensão da UA; disseminação de notícias atempadamente; controlo da narrativa africana; manutenção e preservação dos materiais audiovisuais actuais e históricos;
- Na sequência do estabelecimento da Unidade de Reformas Institucionais, a DIC submeteu uma estratégia de comunicação e aguarda a sua aprovação.

**50. Os ministros são convidados a:**

- (i) Reconhecer os esforços actuais da comunicação, especialmente as novas iniciativas de sensibilização da União e o apoio prestado a outros escritórios;
- (ii) Exortar a Comissão para que prossiga os seus esforços no sentido de proporcionar à UA maior capacidade de comunicação, especialmente a instalação incremental de equipamento de comunicações moderno que permita que a Comissão produza e divulgue produtos de comunicação de padrão internacional, assim como um nível adequado de recursos humanos, de modo a assegurar uma implementação célere;
- (iii) Solicitar que a Comissão produza a próxima estratégia de informação e comunicação para 2018 -2022.
- (iv) Acolher com agrado os esforços feitos pela CUA e Marca da UA, especialmente as emendas à bandeira da UA e desenvolvimento de um Novo Guião, a ser submetido ao CTE;
- (v) Incentivar os Estados-membros, através das suas estações nacionais de difusão, para apoiarem a UA na disseminação do conteúdo da UA nas suas plataformas nacionais;
- (vi) Apelar aos Estados-membros para que aceitem e adoptem a marca da UA; e
- (vii) Instar que os Estados-membros apresentem relatórios de progresso anuais sobre a implementação da Estratégia de Comunicação da UA.

**SESSÃO PARALELA (CIT)**

**F. Ponto de situação da implementação do Plano de Acção Prioritário do PIDA**

51. Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) destina-se a fechar o fosso de infra-estruturas em África e melhorar o acesso ao transporte, energia, TIC integrados e a infra-estruturas e redes hídricas transfronteiriças.

52. O Actual ponto de situação da implementação efectiva das TIC PIDA PAP resume-se da seguinte maneira:

- Sistema Africano de Intercâmbio de Internet-AXIS (Axis é um dos principal programas do componente das TIC do PAP do PIDA. Haverá uma apresentação específica sobre a sua implementação);
- As infra-estruturas alternativas para TIC nos projectos de transportes e energia: Transmissão de Electricidade, Ferrovias, Auto-Estrada Transafricana e Corredores Inteligentes;
- O acompanhamento do perfil dos projectos de desenvolvimento para as prioridades escolhidas dos projectos de Fibra Óptica das TIC da CEEAC;

- Coordenação com a preparação de projectos da IPPF NEPAD e formulação de novas prioridades tais como o projecto “Aumento do Desenvolvimento de Infra-estruturas Cibernéticas em África”, com a finalidade de apoiar os Estados-membros a estabelecer infra-estruturas de cibersegurança (Pontos de Intercâmbio de Internet & Centros de Dados) e criar CERT Nacionais nos países onde eles não existem e o CERT africano;
- Os projectos das TIC financiados e implementados no âmbito dos Programas do BAD: Rede de Fibra Óptica Trans-Saara e Rede da África Central.

53. Depois da apresentação, a reunião constatou a necessidade de o PIDA considerar os países sem litoral como prioridade e foco de actividades concretas,

**54. Os Ilustres Ministros são convidado a:**

- (i) Colaborar com os seus homólogos responsáveis pelas áreas de transportes e energia a fim de assegurar que o cabo das TIC ou de fibra óptica sejam instalados nas infra-estruturas de transportes e de energia regionais, como infra-estrutura alternativa, uma estratégia adoptada na implementação do PAP do PIDA para acelerar a instalação de serviços de banda larga das TIC e garantir conectividade dos países ao cabo submarino.

**G. Projecto Africano do Projecto de Sistemas de Intercâmbio da Internet (AXIS)**

55. A África está actualmente a pagar operadoras estrangeiras para trocar o tráfego "local" (continental) em nosso nome. Esta é uma maneira tão onerosa quanto ineficiente de lidar com o intercâmbio inter-países do tráfego da Internet

56. O projecto AXIS visa manter o tráfego de internet local em África, através da capacitação e assistência técnica para facilitar o estabelecimento de Pontos de Intercâmbio de Internet (IXP) e Pontos Regionais de Intercâmbio de Internet em África.

57. O Apoio ao Reforço de Capacidade foi proporcionado a 32 Estados-membros da UA.

58. Na sequência do apoio do Projecto do Sistema Africano de Intercâmbio da Internet, os seguintes quinze Estados-membros criaram até agora então os seus Pontos de Intercâmbio a Internet (IXP):

59. Através de abertura de convites de concurso público, até agora oito pontos de intercâmbio da internet foram permitidos a se tornarem pontos regionais de intercâmbio de internet. Um convite final de propostas foi emitido para os montantes não afectados para as regiões da África Ocidental e do Norte.

60. Com o apoio do projecto AXIS, foram desenvolvidas políticas e quadros regionais de interconexão transfronteiriça para a África Central, Austral, Ocidental e do Norte. O regulamento de interconexão transfronteiriça da CAO também foi desenvolvido com o apoio do projecto AXIS.

**61. Os Ilustres Ministros são convidados a:**

- (i) Louvar os esforços feitos pela Comissão da União Africana no sentido de implementar o Projecto do Sistema Africano de Intercâmbio da Internet.

**H. Rede Electrónica Pan-Africana (PAeN) para Telemedicina e Tele-educação**

62. A Rede Electrónica Pan-Africana (PAeN) liga 48 Estados-membros da UA através de uma rede de satélite (dentro de África) e cabos de fibra óptico (Índia para África) e fornece concretamente Serviços da Tele-educação e Tele-medicina e comunicações diplomáticas (VVIP services). Este projecto foi financiado, implementado e operacionalizado (com duração de 8 anos) pelo Governo da Índia, com um orçamento estimado de 150 Milhões de dólares americanos e com Assistência da CUA.

63. Foram instalados 150 terminais de VSAT em 48 Estados-membros da UA que participam na Rede e foi instalada em Dakar (Senegal) a Estação Terrena do Centro de Satélite. Um total de: (i) 21.280 alunos provenientes de 39 países foram matriculados em disciplinas de graduação frequentando várias universidades indianas através da rede; (ii) Foram realizadas 771 consultas de Tele-medicina; (iii) foram realizadas 6.771 sessões de Educação Médica Contínua (CME).

64. A estação central foi transferida para a CUA depois do processo de entrega realizado em Agosto de 2017.

65. A CUA está a realizar uma avaliação sobre como continuar a utilizar os serviços existente e os baseados em satélite.

**66. Depois das discussões, os Ilustres Ministros são convidados a:**

- (i) Solicitar à Comissão da União Africana a apresentar à próxima Mesa do CTE para aprovação uma proposta de projecto sobre o uso destas infra-estruturas para a TV Pan-Africana para Educação em Massa, para o Desenvolvimento de Talentos e Conteúdos (DIY TV) e comunicações VVIP;
- (ii) Recomendar aos Órgãos Deliberativos da UA para que afectem recursos financeiros adequados, de modo a dar continuidade à operacionalização da Rede Electrónica Pan-Africana (PAeN), que é um projecto emblemático da Agenda 2063.

**I. Harmonização do Uso do Dividendo Digital**

67. De acordo com a Decisão do Conselho Executivo da UA, Assembly/UA/11 (XIV), aprovada em Julho de 2010, apelando a harmonização e a gestão eficiente do espectro rádio, tanto a nível nacional como regional, e num esforço para implementar as decisões das Conferências Mundiais de Comunicação Radiofónica que atribuiu os 800 MHz e 700 MHz como primeiro e segundo dividendos digitais (DDs) na WRC-2007 e WRC-2012, respectivamente. A *Comissão da União Africana* elaborou directrizes para o uso harmonizado desses valiosos recursos escassos para fazer face à crescente demanda de tráfego de dados sem fio, permitindo economias de escala para a oferta de novos dispositivos das TIC acessíveis e aumentando o baixo nível de penetração de banda larga em África.

68. As Directrizes definem as condições técnicas, bem como os procedimentos de Política e Regulamentação para um uso óptimo e eficiente do Dividendo Digital (DD), incluindo planos de canalização recomendados, bem como orientação política e regulamentar sobre o uso harmonizado das bandas 700 MHz, 800 MHz, 850 MHz e 900 MHz.

**Os Ilustres Ministros são convidados a:**

- (i) Solicitar aos Estados-membros a adoptarem os planos propostos de canalização para os dividendos digitais (DD) e utilizarem tanto quanto possível, as "Directrizes da CUA sobre a Utilização dos Dividendos Digitais".
- (ii) Solicitar ainda aos Estados-membros a utilizarem os dividendos digitais para consolidar o mercado das TIC em África, permitindo economias de escala e promovendo a prestação de novos serviços acessíveis à base das TIC e Internet;
- (iii) Exortar os Estados-membros a promoverem a utilização destes recursos para aumentar a penetração da banda larga e proporcionar acesso às zonas rurais e populações com serviços insuficientes em todo o continente;
- (iv) Solicitar à Comissão da UA para alocar um orçamento anual para o desenvolvimento de políticas da harmonização do espectro e para a implementação das decisões da WRC.
- (v) Solicitar à Comissão da UA para criar um fórum como principal conferência anual para discutir e desenvolver política de espectro comum em África.

**J. Fórum Africano de Desenvolvimento da Internet (AfIGF)**

69. O Fórum Africano de Governação da Internet (Af-IGF) foi lançado em 2011 e realizou a sua reunião inaugural em Cairo em Setembro de 2012. Os 2º, 3º, 4º e 5º AfIGF foram realizados em Nairobi, Abuja, Adis Abeba e Durban, respectivamente.

70. Os IGF regionais e sub-regionais são os elementos constitutivos do Af-IGF. Actualmente, todas as 5 regiões geográficas da UA têm os IGF, mas nem todos os Estados-membros têm os IGF nacionais. De acordo com a Declaração de Cartum do CITMC-4, a CUA e a Agência da NEPAD têm estado a trabalhar no sentido de incentivar as CER "a apoiarem o estabelecimento do IGF nacional para criar um diálogo entre todas as partes interessadas sobre as TIC para questões de desenvolvimento e facilitar a participação dos países nos processos dos IGF regionais e Africanos, bem como no IGF mundial".

71. A Comissão da União Africana, na qualidade de Secretariado do IGF Africano, está a planear o 6º AfIGF 2017 que terá lugar de 4 a 6 de Dezembro de 2017 em Cairo, no Egipto.

72. A Comissão da União Africana está a trabalhar numa iniciativa do reforço de capacidades em larga escala sobre a GI (Governação da Internet) para permitir que as partes interessadas africanas participem activamente nos debates da GI Global.

**73. Os Ilustres Ministros são convidados a:**

- (i) Incentivar os Estados-membros, que ainda não o tenham feito, a acelerar o estabelecimento dos seus IGF nacionais;
- (ii) Incentivar os Estados-membros a alocarem recursos técnicos e financeiros para apoiar os IGF nacionais e regionais;
- (iii) Incentivar os Estados-membros a apoiarem a Organização do IGF Africano como o veículo continental multilateral para que os africanos alcancem posições comuns sobre questões da GI;
- (iv) Como tal, apelar para a institucionalização e o financiamento do Fórum como uma Conferência anual chave para os africanos discutirem o desenvolvimento da internet no continente e prosseguirem a integração da digitalização no desenvolvimento de políticas africanas;
- (v) Criar e promover uma Academia da União Africana sobre Governação da Internet visando criar capacidade em matéria de GI, especialmente entre os jovens;
- (vi) Solicitar à Comissão da UA a alocar um orçamento anualmente para a organização e apoio do IGF Anual Africano e para a Academia de Governação da Internet.

**K. Contribuições específicas dos Estados-membros, das Instituições Especializadas e de organizações e parceiros internacionais:**

74. O delegado argelino, da República da Argélia, fez uma apresentação sobre a Declaração de Argel sobre Governação da Internet, que foi adoptada em Fevereiro de 2017.

75. A Declaração de Argel é uma contribuição da Argélia para os esforços da União Africana no sentido de estabelecer as bases para um quadro operacional integrado, abrangente e coerente para a Política da Internet e a Governação da Internet.

**76. Os Ilustres Ministros são convidados a:**

- (i) Tomar nota com apreço da Declaração de Argel sobre Governação da Internet e saudar a Argélia pelos seus esforços e empenho para promover a governação da internet e a política de Internet no continente.

77. O Delegado da República da Tunísia fez uma apresentação sobre o Centro Estratégico Digital Africano.

**78. Os Ilustres Ministros são convidados a:**

- (i) Tomar nota do Centro Estratégico Digital Africano;

- (ii) Solicitar que os Estados-membros reafirmem o seu compromisso em conformidade com a Decisão da Conferência da UA Assembly/AU/12(XVII);
- (iii) Convidar a CUA e a República da Tunísia para acelerarem, em colaboração com parceiros, a implementação do Centro Estratégico Digital Africano.

#### **L. CONTRIBUIÇÃO DE PARCEIROS**

79. Foram feitas apresentações sobre Preparação para Internet de Oportunidades (Sociedade da Internet), Convenção de Budapeste (Conselho da Europa) e Aplicação Espacial (Azerbaijão).

#### **SESSÃO PARALELA (INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)**

##### **M. Fosso entre Géneros nos Meios de Comunicação em África e Retrato das Mulheres**

80. O Departamento de Informação e Comunicação apoia a Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento na promoção desta importante questão transversal da União Africana

81. Embora as mulheres representem mais da metade da população em muitos países africanos, elas estão sub-representadas ou mal representadas em toda a media existente, seja *on-line* ou *off-line*, media noticiosa ou de entretenimento. As suas vozes não são ouvidas, são susceptíveis de serem retratadas de forma estereotipada e têm pouca probabilidade de ocupar posições influentes nos órgãos de comunicação e nas TIC. O Projecto Global de Acompanhamento da Media de 2015 observa que, em África, a presença relativa das mulheres nas notícias aumentou de 19% em 2010 para apenas 22% em 2015. As mulheres continuam a ter menos acesso às TIC e a violência que as mulheres enfrentam *off-line* se estende a esferas *on-line*. Elas ainda não têm acesso a esta tecnologia devido a infra-estruturas inadequadas, acessibilidade e disponibilidade, barreiras linguísticas, analfabetismo e até mesmo normas sociais discriminatórias. As lutas estão descarrilar o potencial das TIC no empoderamento das mulheres. Apesar das lacunas existentes, os Estados-membros continuam a ter fracas disposições específicas do género (ou não) nas leis e políticas da media.

##### **82. Os Ilustres Ministros são solicitados a aprovar que:**

- (i) A UA e as CER elaborem directrizes continentais sobre o retrato e representação das mulheres na media;
- (ii) A AU reconheça as contribuições dos jornalistas para a consecução da Aspiração 6 da Agenda 2063 e institucionalize Prémios Pan-Africanos da Media sobre a Igualdade do Género e Empoderamento da Mulher;
- (iii) A UA e as CER desenvolvam legislação que criminalize a violência contra jornalistas em plataformas digitais, especialmente as medias sociais;
- (iv) A UA trabalhe com as principais partes interessadas para desenvolver programas de capacitação para:
  - Facilitar o acesso à formação para mulheres em jornalismo e TIC;
  - Integrar o género dentro dos currículos académicos e práticas de ensino;

- (v) A UA e as CER estabeleçam quadros regulamentares para instituições da media para garantir a protecção de jornalistas, especialmente mulheres jornalistas;
- (vi) A UA e as CER para realizem um estudo de linha de base e, posteriormente, encomendem pesquisas sobre os padrões actuais de apropriação das mulheres na media para fazer recomendações de metas a médio prazo;
- (vii) Incentivem os Estados-membros, dentro dos seus próprios programas de financiamento das instituições públicas, a priorizar o financiamento da pesquisa de instituições que defendem questões relacionadas ao género;
- (viii) Incentivem os Estados-membros a ratificar, enquadrar internamente e implementar instrumentos regionais e internacionais relacionados à igualdade do género e ao empoderamento da mulher na media; e

**N. O papel dos Meios de Comunicação no desenvolvimento da África, o empoderamento da mulher na Media e o seu apoio à Agenda 2063.**

83. Agenda 2063 Para assegurar a disseminação e compreensão dos mandatos e dos principais programas da UA, a DIC está a trabalhar com funcionários das comunicações dos Estados-membros e com associações dos órgãos de cominação regionais para identificar e promover a agenda 2063 para o desenvolvimento de África.

84. Embora se reconheça que o crescimento dos sectores socioeconómicos tais como saúde, agricultura e educação é de grande importância na dinamização do desenvolvimento de África, estas áreas não recebem tanta atenção por parte da media. Existe uma opinião prevalecente no seio dos meios de comunicação de que as notícias de desenvolvimento não só são interessantes mas também não são atraentes. Existe um persistente baixo nível de reportagem sobre o desenvolvimento no continente, com reportagens sobre o desenvolvimento em África a situar-se em 20% comprando com a Europa onde se situa em 80%. Isto pode ser visto como um grande impedimento à promoção de iniciativas de desenvolvimento, uma vez que a media é o instrumento mais poderoso de transformação que nós temos para alcançar africanos e elevar o nível de consciencialização colectiva de cidadãos africanos, dos decisores políticos e líderes do continente para garantir uma abordagem integrada e inclusiva para definir e implementar programas de desenvolvimento. A Media Africana precisa de sair do conceito ocidental da media que é o seus quarto estado e não deve interagir com outras instituições de formulação de políticas que decidem sobre questões de desenvolvimento, mas contrariamente, os jornalistas africanos devem se considerar como parte do processo de desenvolvimento e garantir que o conteúdo veiculado nas várias plataformas dos meios de comunicação promovam a agenda de desenvolvimento de África, reduzindo o fosso de formas que tenha impacto.

**85. Os Ilustres Ministros são solicitados a aprovar o seguinte:**

- (i) Que a UA e as CER desenvolvam directrizes de âmbito continental sobre o retrato e representação das mulheres nos meios de comunicação e directrizes continentais sobre educação e formação em jornalismo para incluir uma agenda de desenvolvimento e especializações sectoriais como parte do currículo académico;

- (ii) Que a AU reconheça as contribuições de jornalistas que prestam atenção às questões de desenvolvimento para a materialização da Agenda 2063 e institucionalizem o Prémios Pan-Africano de Media sobre Promoção da Agenda 2063;
- (iii) Que a AU coloque recursos depois de comunicar o Quadro Estratégico da Agenda 2063 através da capacitação da Direcção de Informação e Comunicação
- (iv) Que a UA e as CER para desenvolvam legislação que criminalize a violência contra jornalistas nas plataformas digitais, especialmente as redes sociais;
- (v) Que a A UA e as CER trabalhem com as principais partes interessadas para desenvolver programas de capacitação a fim de criar instituições de órgãos de comunicação governamentais credíveis e sustentáveis, tanto a nível nacional como dos centros de comunicação social comunitários;
- (vi) Que UA interaja e use promover as actividades da UA e a Agenda 2063 e convocar uma sessão anual onde os Estados-membros podem apresentar relatórios das actividades nacionais.

## **V SESSÃO EM PLENÁRIA**

### **União internacional das Telecomunicações**

86. O Sr. Andrew Rugege, Director Regional para a África fez uma apresentação sobre as iniciativas da UIT e destacou a parceria contínua que existe entre a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Comissão da União Africana para implementar os programas das TIC em África.

### **Soluções Inovadoras para o Desenvolvimento de África (Huawei)**

87. O Sr. David Harmon, Vice-Presidente de Assuntos Públicos Globais, Huawei, destacou algumas das soluções inovadoras das TIC que podem contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de África.

88. Ele destacou ainda o Programa de Pesquisa e Ciência da Huawei e a experiência de cooperação com Universidades de África.

## **VIII. Apreciação e Adopção dos Documentos a serem submetidos à Sessão Ministerial.**

89. O relatório foi apresentado pelo Relator (Gana) e foi adoptado conforme fora emendado.

90. Analisou-se o projecto de agenda e o programa de trabalho ministerial com emendas e será ser submetidos aos Ministros para apreciação e adopção.

91. O projecto de Declaração da UA sobre Governança da Internet foi considerado com emenda e deve ser submetido aos Ministros para consideração e adopção

Commented [MB1]:

92. Foi analisado com emendas o projecto da Declaração de Adis Abeba de 2017 e será submetido aos Ministros para consideração e adopção

**IX. Encerramento da reunião**

93. Nas suas observações finais, o Sr. Cheikh Bedda, Director de Infra-Estruturas e Energia, CUA, agradeceu a todos os delegados pela maneira eficiente em que a reunião foi realizada e destacou a importância das questões discutidas.